

Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes (A3)

Rodrigo Cunha Pires, Claudia Maria Nascimento e Luan Leme Pinheiro

Muito vem se debatendo em relação à propagação da ideia de soberania alimentar que se apresenta como uma forma de mudança no foco principal da produção de alimentos e de sua distribuição no mundo atual. Neste debate, convém realçar que a noção de segurança alimentar é polissêmica, deixando margem para ambivalências.

O termo de segurança alimentar foi proposto na PAC (Política Agrícola Comum) na Europa pós-guerra, tendo como objetivo assegurar o abastecimento dos mercados alimentares europeus com uma forte sustentação da produção de alimentos. A PAC visou consolidar um modelo de exploração agrícola ajustado ao crescimento capitalista e industrial, oferecendo alta oferta com diminuição do preço dos alimentos. Trata-se de uma visão produtivista que gerou muitas externalidades ambientais e sociais negativas. Portanto, a segurança alimentar é muitas vezes concebida em termos produtivistas.

O pensamento do pós-guerra era obter um aumento significativo da produção de alimentos através de melhores técnicas e industrialização. Porém, ao contrário, além de não resolver o problema da fome em âmbito global, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários.

No Brasil o termo segurança alimentar foi empregado na formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), pelo Governo Paralelo encabeçado por Luis Inácio Lula da Silva em oposição à gestão federal de Collor de Mello. Tal política visava abraçar ideias em torno da democratização e da equidade de acesso aos alimentos. Tratava-se então de uma visão mais abrangente sobre segurança alimentar, que englobava reforma agrária, políticas de emprego, renda e produção de alimentos. Esta proposta de Segurança Alimentar destaca o estímulo a uma forte participação social e à democratização do país a partir primeiramente do acesso à alimentação adequada.

Neste debate, outra proposta de Segurança Alimentar é apresentada pela Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), que buscava reforçar uma visão sobre a importância do setor agroindustrial para alcançar a segurança alimentar. Assim, a ABAG reivindica infraestrutura e estabilidade econômica para investimentos, defendendo que o aumento substancial da oferta diminuiria o preço dos alimentos. Desta maneira, haveria uma eficaz política de combate contra a fome. A lógica desta proposição é obter uma

oferta abundante sob lógica produtivista como solução para o alcance da segurança alimentar, antes de assumir compromissos sociais.

Porém, esta lógica produtivista e industrial revela suas insuficiências, pois o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar aumentou de 850 milhões em 2007 para um bilhão em 2010, apesar do aumento na produção agrícola. No Brasil, o déficit alimentar diminuiu, tal como mostram os últimos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. Porém, a progressão de obesidade pode revelar outra dimensão do problema: a mudança de hábitos alimentares mais locais, e geralmente, mais equilibrados, para uma alimentação mais industrializada com alto poder calórico. Além disso, podemos citar também os fortes impactos ecológicos causados pela agricultura industrializada que segue esta lógica produtivista.

Diante destes problemas e da ambivalência do termo segurança alimentar, emergem ideias mais claras em favor das agriculturas familiares, tratando da questão alimentar não apenas quantitativamente, mas procurando abordá-la tendo em vista os planos sociais e ambientais. Trata-se das concepções em torno da noção de soberania alimentar, conceito concorrente que enfatiza a soberania do povo sobre sua produção alimentar, buscando o fortalecimento dos mercados e pequenos produtores locais como uma alternativa mais saudável para atender à demanda de alimentos e fortalecer os laços culturais da nação frente a um mercado internacional agrícola globalizante.

A soberania alimentar foi muito difundida a partir de 1996 pela Via Campesina e sua prioridade é para a produção agrícola local para alimentar a população, com medidas visando favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como assegurar o acesso à água, às sementes e ao crédito. No Brasil, os principais membros da Via Campesina são o Movimento dos Trabalhadores sem terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)).

Nesta perspectiva de soberania alimentar, o modelo da agricultura familiar baseado na produção diversificada e na redução do uso de insumos externos é visto como sendo mais eficiente e mais apropriado para o abastecimento alimentar. Os pequenos agricultores em sua atividade agrícola adquirem uma grande importância para a redução da pobreza e o aumento da acessibilidade a uma alimentação saudável a partir do reforço de mercados locais e da oferta de alimentos orgânicos respeitosos das tradições culturais da região. Assim, trata-se de suprir as necessidades básicas, garantindo então a soberania do povo sobre sua alimentação, mantendo as particularidades dos sabores regionais e garantido uma agricultura multifuncional menos agressiva ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, o livre comércio sem controle social, fundado no poder das multinacionais e em modelos agroexportadores, é visto como o principal mecanismo

que expulsa os agricultores de suas terras e como principal obstáculo para alcançar o desenvolvimento e segurança alimentar local. Assim, a proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo e ações organizadas para obter acesso à terra, água ou agrobiodiversidade. Tais recursos fundamentais devem ser controlados pelas comunidades para conseguir produzir alimentos com métodos agroecológicos. Por outro lado, a ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. As comunidades rurais diversificadas e ancoradas na agricultura familiar apresentariam então economias mais saudáveis e menores problemas sociais.

No caso atual brasileiro, podemos notar a influência majoritária da noção de segurança alimentar. Esta última é vista em grande medida pela lógica de facilitar o acesso aos alimentos para as populações mais pobres a partir da oferta e da lógica produtivista. Tal produtivismo favorece a grande expansão do “deserto verde” que vem se alastrando pelos biomas brasileiros e também a grande propagação de monoculturas de soja transgênicas cujo produto indiferenciado é destinado sobretudo à exportação. Porém, o produtivismo leva a ignorar os problemas ambientais e sociais destes cultivos.

Enfim, no debate brasileiro atual, a defesa em prol da Soberania Alimentar (alicerçada em aliança entre consumidores e produtores) é associada à garantia do abastecimento alimentar pela produção familiar. A ideia de soberania alimentar favorece também a defesa da reforma agrária como forma de facilitar essa aproximação e garantir o direito constitucional à terra e a uma alimentação digna. A circulação desta noção de soberania alimentar aumenta no Brasil, mas associada àquela de segurança alimentar.